

21 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Planalto barra reajuste pedido pelo Judiciário

Congressistas aprovaram parecer com 5% para todos os funcionários, abaixo do defendido pelos servidores da Justiça

Na semana da posse do ministro Joaquim Barbosa no Supremo Tribunal Federal o Executivo venceu o lobby do Judiciário na primeira votação do projeto do Orçamento de 2013. O parecer preliminar do senador Romero Jucá (PMDB-RR) foi aprovado da forma como defende o Planalto, com reajuste de 5% para o funcionalismo dos três Poderes. Barbosa chegou a pedir pessoalmente para a presidente Dilma Rousseff, semana passada, a ampliação do reajuste, mas o governo alega não ter como fazer a concessão.

A votação do parecer preliminar ocorreu por acordo, apesar dos protestos da oposição pela baixa execução de emendas parlamentares. O prazo de emendas ao Orçamento foi aberto e o calendário regimental permite a votação neste ano. A oposição promete obstruir a votação se o governo não liberar mais recursos.

Jucá, relator do projeto, disse que acatará decisão do ministro do STF Luiz Fux, que obriga o Congresso a analisar a proposta original do Judiciário, de reajuste de 7,12% no salário dos ministros da Corte, hoje em R\$ 26.700.

Jucá disse que o tema será analisado nos relatórios setoriais e em seu parecer final, mas adianta que só ampliará o reajuste com anuência do Planalto.

Ele destacou que o valor nominal do Orçamento teve acréscimo de 1,2% e que a reestimativa de receita feita pelo Congresso é inferior à dos últimos anos. "Temos menos recursos e teremos de fazer um esforço para compatibilizar as demandas com o cumprimento da responsabilidade

fiscal." A proposta do governo para o funcionalismo é repetir o aumento de 5% em 2014 e 2015.

O Judiciário argumenta a necessidade de aumento maior porque os servidores não recebem aumento desde 2006.

Crise. Mesma reivindicação é feita pelo Ministério Público da União. A resposta do governo para as duas categorias, porém, é que devido à crise internacional não é possível ampliar gastos com pessoal. Tal argumento é repetido pelo relator, ao tratar da questão dos aposentados que recebem acima de um salário mínimo. Emendas nesse sentido também foram rejeitadas na votação de ontem, mas devem voltar.

Para justificar a recusa aos diferentes pedidos de aumento Jucá tem enfatizado que "congelou" até emendas parlamentares. Cada parlamentar terá direito a propor gastos de até R\$ 15 milhões, o mesmo do ano passado. Os parlamentares têm de obrigatoriamente direcionar R\$ 2 milhões para a saúde. No total, emendas individuais somam R\$ 8,9 bilhões.

O parecer preliminar manteve a previsão de salário mínimo de R\$ 670,95 e de crescimento econômico de 4,5% para o próximo ano. O relator, que terá margem de R\$ 9,5 bilhões para atender às demandas, anunciou que destinará R\$ 3,9 bilhões para compensar Estados por perdas com incentivos à exportação, a Lei Kandir.

Os reajustes para os servidores do Judiciário e aposentados ainda podem ser contemplados dentro desta margem, mas Jucá reiterou que só fará isso com aval do Executivo. Além do projeto sobre as receitas e despesas de 2013, o governo tenta votar créditos extraordinários relativos ao Orçamento deste ano. Por acordo, esses projetos serão analisados diretamente no plenário. São mais de

50 propostas que podem representar um incremento bilionário nos gastos de fim de ano do Executivo. A oposição promete usar também o interesse do governo nesses projetos para aumentar a execução de suas emendas.

21 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Lewandowski critica índice de 5% aprovado em comissão

Valor, definido para todo o funcionalismo, é bem menor que o sonhado pelo Judiciário, que está há 6 anos sem aumento

O ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski e dirigentes de entidades representativas de juizes criticaram ontem a decisão da Comissão Mista de Orçamento de aprovar um parecer que prevê um aumento de 5% para o funcionalismo, inclusive para o Judiciário, desconsiderando reivindicações da magistratura que pediam índices mais elevados. "São seis anos sem aumento", observou Lewandowski, que assume a vice-presidência do Supremo amanhã.

O presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Nino Toldo, afirmou que o reajuste de 5% está abaixo da expectativa dos magistrados. "A magistratura já tem perdas acumuladas de quase 30%. O que se pretende é uma recomposição do valor."

Toldo afirmou ainda que a entidade vai continuar trabalhando para tentar convencer o Congresso a aprovar índices maiores de reajuste salarial. "A decisão (da comissão) não é definitiva. Agora tem os relatórios setoriais e depois a chance de se incluir no parecer final ou até mesmo no plenário", disse. "Vamos lutar até o fim do processo."

O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Nelson Calandra, afirmou que a entidade já comunicou ao ministro Luiz Fux, do STF, sobre a decisão da comissão de não seguir a proposta do Judiciário. Recentemente, Luiz Fux determinou ao Congresso que apreciasse a proposta de orçamento do Poder Judiciário para o ano de 2013. Segundo Calandra, descumprir essa regra desrespeita a Constituição. "Já denunciaremos esse episódio. Deve sair decisão em breve sobre isso."

Na semana passada, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) esteve no Supremo ouvindo as reivindicações dos magistrados durante audiência da qual participaram presidentes de tribunais e de entidades representativas de juizes. Também estiveram na reunião o ministro Joaquim Barbosa, que assume a presidência do Supremo amanhã, e o então presidente do Supremo, Carlos Ayres Britto, que deixou a Corte no fim de semana ao completar 70 anos. Na ocasião, Britto pediu compreensão do Legislativo e disse que os salários dos juizes e dos servidores do Judiciário estão defasados. Segundo ele, esse quadro provoca uma desprofissionalização das carreiras. Atualmente, o salário de ministro do STF, que é o teto do funcionalismo público, está em R\$ 26,7 mil. Projetos em tramitação no Congresso propõem que os vencimentos subam para R\$ 32,1 mil.

21 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Delegado que investigou TJ-TO é assassinado

Edward Neves Duarte comandou operação da PF que levou ao afastamento de 4 desembargadores por suspeita de corrupção. O delegado Edward Neves Duarte, chefe do núcleo de Inteligência da Polícia Federal no Tocantins, foi assassinado anteontem, em Palmas (TO). Duarte foi um dos responsáveis pela Operação Maet, que afastou quatro desembargadores do Tribunal de Justiça do Tocantins, suspeitos de envolvimento na venda de sentenças e manipulação no pagamento de precatórios.

O agente federal foi atingido por dois tiros na porta de sua casa, na região central da capital tocantinense. Socorrido, ele morreu após dar entrada no Hospital Geral de Palmas.

Para a Polícia Militar, Duarte foi morto durante uma tentativa de assalto. Três suspeitos do crime foram presos e ouvidos na Superintendência da PF. A PF vai investigar se há envolvimento dos suspeitos do crime com o afastamento dos desembargadores. A princípio, porém, a PF acredita o delegado foi vítima de latrocínio.

Um revólver calibre 38, encontrado num canteiro de obras próximo à casa de Duarte, passará por perícia para constatar se é a arma do crime. O revólver pertence à Secretaria de Segurança Pública e teria sido roubada da casa de um escrivão.

A Operação Maet, realizada em 2010, resultou no afastamento dos desembargadores Willamara Leila de Almeida, então presidente do TJ-TO, José Liberato Póvoa, Carlos Souza e Amado Cilton e de servidores daquela corte.

21 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Perfil da equipe de Barbosa indica que mandato será discreto

Novo presidente do STF, que assumirá amanhã, dá sinais de que sua gestão privilegiará discrição e garantia de acesso

O novo presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, montou seu staff e, pelos nomes escolhidos, demonstrou preocupação em exercer um mandato discreto, protegido de desvios administrativos e financeiros, com certa projeção internacional e garantia de acesso ao tribunal de pessoas em vulnerabilidade econômica ou social.

Barbosa nomeou como diretor-geral o auditor do Tribunal de Contas da União Fernando Silveira Camargo, que cuidará das contas da Corte. Antes de escolhido para o cargo, Camargo era secretário de Gestão de Pessoas do TCU. Conforme integrantes do tribunal, a escolha de alguém com experiência em gestão pode destravar algumas amarras do Supremo.

Barbosa já conversou reservadamente com alguns ministros sobre a necessidade de tornar mais ágeis os julgamentos. Na pauta, há centenas de processos, número que aumentou por causa do julgamento do mensalão, em curso desde agosto. Para ajudar nessa tarefa, o ministro indicou como secretária-geral uma de suas antigas assessoras, Flávia Beatriz Eckhardt.

Harmonização. No campo político, Barbosa preocupa-se em afinar relações com os demais Poderes e chamou para chefiar seu gabinete o diplomata Silvio José Albuquerque e Silva, que comandou o Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério de Relações Exteriores. Ele terá a função de agregar, pacificar e afinar o contato do STF com o Executivo e o Legislativo.

Barbosa será empossado presidente do Conselho Nacional de Justiça na próxima semana, para onde até agora não nomeou assessores. Conforme integrantes do Conselho, a definição do staff indicará como será sua gestão.

No CNJ, Barbosa terá de conviver com a composição majoritariamente formada durante a gestão do ex-presidente Cezar Peluso. Conforme ministros do STF, a composição atual é corporativista e pouco disposta a mudanças. Barbosa tem críticas contundentes a determinados costumes do Judiciário. Uma delas, a atuação de advogados que têm parentesco com ministros nos tribunais superiores.

Lewandowski diz que será 'o Alencar' do colega no STF

● Após uma série de desentendimentos no julgamento do mensalão, os ministros Joaquim Barbosa e Ricardo Lewandowski assumem amanhã respectivamente a presidência e a vice-presidência do Supremo Tribunal Federal. Lewandowski avisou que terá atuação discreta, "à la José Alencar (o vice do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva)". "Vou substituir o ministro Joaquim nos momentos que for necessário. Um protagonismo mínimo."

Ele adianta que não vai sugerir "absolutamente nada" e ficará "bem quietinho" como vice. É provável que ele tenha de assumir várias vezes: com frequentes problemas no quadril, Barbosa afasta-se frequentemente do tribunal para tratamentos.

21 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

Gabinete de crise

Em meio à crise da segurança em São Paulo, o TJ vai propor aos juízes de todo o Estado revisão nas autorizações de saída temporária de presos. A reunião acontece sexta, no Palácio da Justiça.

Hoje, embora não exista previsão legal para liberação coletiva em datas especiais, cerca de 20 mil detentos são colocados nas ruas nesses períodos – sem fiscalização adequada. O Estado tem apenas 4.800 tornozeleiras eletrônicas.

A proposta do TJ é que as autorizações sejam distribuídas ao longo do ano para que, a cada vez, saiam da cadeia no máximo 4.500 presos.

21 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Cachoeira é

condenado,

mas pode

deixar prisão

Juíza fixa pena em regime semiaberto por fraude e determina libertação após 9 meses

A Justiça do Distrito Federal condenou ontem o contraventor Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, a cinco anos de prisão em regime semiaberto pelos crimes de formação de quadrilha, exploração de jogos e tráfico de influência nos autos da operação Saint Michel, da Polícia Civil do DF. A juíza Ana Cláudia Barreto, da 5.^a Vara Criminal de Brasília, também mandou soltar Cachoeira, que foi preso em fevereiro.

Sem vagas no semiaberto, benefício concedido aos condenados a menos de oito anos, Cachoeira deve ir da Penitenciária da Papuda direto para prisão domiciliar em Goiânia.

Pai de Cachoeira, Sebastião de Almeida Ramos comemorou a decisão: "Graças a Deus. Essa prisão estava acabando com todos nós. Ele não merecia isso. Como não estou bem de saúde, vou amanhã (*hoje*) cedo para Goiânia encontrá-lo".

Segundo denúncia do Ministério Público do DF, apresentada em maio à Justiça, Cachoeira e mais sete pessoas, entre eles os ex-diretores da Delta Construções Heraldo Puccini e Cláudio Abreu, se associaram para fraudar licitação para o serviço de bihetagem eletrônica no DF. O objetivo seria conseguir a contratação da empreiteira para operar o serviço, que poderia render R\$ 60 milhões por mês.

O ex-servidor Valdir dos Reis, com trânsito no Palácio do Buri-ti, foi contratado para corromper servidores do DFtrans e da Secretaria de Transportes. De acordo com Ministério Público, Cachoeira era o cabeça do esquema. Por ordem dele, Reis teria sido contratado para praticar tráfico de influência e corromper servidores no governo do DF.

Cachoeira foi preso em 29 de fevereiro pela Polícia Federal durante a Operação Monte Carlo, que desarticulou a organização que explorava máquinas de caça-níquel. As investigações acabaram chegando ao então senador Demóstenes Torres (ex-DEM), que foi pego em escutas telefônicas em conversas sobre dinheiro supostamente fruto de propina.

Vários pedidos de habeas corpus foram feitos pelos advogados de Cachoeira, mas sem sucesso. Em outubro, o TRF chegou a conceder um habeas corpus para Cachoeira, mas ele permaneceu preso por conta da decisão do Tribunal de Justiça do DF com relação à operação Saint Michel.

O envolvimento de personagens públicos levaram o Congresso a criar uma CPI. Quando convocado a depor, em maio, permaneceu calado todo o tempo por orientação dos advogados. Em julho, a noiva do contraventor, Andressa Mendonça, foi detida acusada de tentar chantagear o juiz federal responsável pelo julgamento do processo que envolve Cachoeira na Justiça de Goiás.

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

21 NOV 2012

CRONOLOGIA

29 de fevereiro

Prisão

Carlinhos Cachoeira é preso na Operação Monte Carlo, da PF, que investiga esquema de jogo do bicho e exploração de máquinas caça-níqueis em 4 Estados e no DF

1º de março

Transferência

É transferido para o Presídio Federal de Mossoró (RN)

26 de março

Primeiro habeas corpus

O desembargador Tourinho Neto, da 3.ª Turma do Tribunal Regional Federal, rejeita pedido de habeas corpus

12 de abril

Segunda negativa

A defesa de Cachoeira tem negado o segundo habeas corpus, desta vez pelo ministro do STJ, Gilson Dipp

18 de abril

Nova transferência

Cachoeira é transferido para o complexo penitenciário da Papuda, no DF, com direito a TV e visita íntima.

22 de maio

Silêncio na CPI

Cachoeira depõe na CPI, mas por orientação do seu advogado, Márcio Thomaz Bastos, fica calado

15 de junho

Liminar

Tourinho Neto concede liberdade a Cachoeira, em pedido relacionado à Operação Monte Carlo, mas outra decisão, da Justiça do DF, determina sua permanência na cadeia

16 de junho

Terceira negativa

O desembargador Sérgio Bitencourt, do Tribunal de Justiça do DF, rejeita pedido de liberdade a Cachoeira, baseado desta vez na Operação Saint-Michel

21 de junho

Quarta negativa

A Segunda Turma Criminal do TJ do DF nega novo pedido de habeas corpus a Cachoeira, também referente à Operação Saint-Michel

Ontem

Soltura

A juíza Ana Cláudia Barreto, da 5.ª Vara Criminal de Brasília, expede alvará de soltura de Cachoeira

21 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça mantém suspensa concessão de BR

Desembargadores rejeitam recursos contra liminares que impedem assinatura de contrato relativo a pedágios da rodovia entre ES e BA

O Tribunal Regional Federal da 1.ª Região manteve suspensa a concessão da BR-101 entre o Espírito Santo e a Bahia, a primeira do governo Dilma Rousseff no setor rodoviário.

Em julgamento anteontem, os desembargadores da 5.ª Turma rejeitaram, por unanimidade, recursos contra liminares que impediam, desde julho, a assinatura do contrato com o Consórcio Rodovia da Vitória, da construtora CR Almeida, vencedor do leilão. Cabe recurso.

Os pedágios do trecho, que devem render R\$ 7 bilhões em 25 anos, são fonte de uma batalha judicial entre os grupos interessados, que acionaram o lobby de políticos em seu favor. O Ministério Público Federal e o Consórcio Rodovia Capixaba, vice na disputa, questionam aspectos da proposta do primeiro colocado, entre eles a falta de informações em 35 itens do plano de negócios, que projeta os investimentos na rodovia.

A Agência Nacional de Transportes Terrestres fez diligências e, depois de a concorrente apresentar explicações, aprovou o resultado do leilão. Para o MPF, e o consórcio rival, a primeira colocada deveria ser desclassificada, por conta da suposta omissão. Além disso, o “acréscimo de informações” teria quebrado a isonomia entre as concorrentes.

Os desembargadores seguiram o voto da relatora, Selene Almeida, segundo o qual a agência ignorou irregularidades na proposta e, com isso, violou os

princípios da legalidade, da isonomia entre os licitantes e da vinculação ao edital. De acordo com a desembargadora, as falhas poderiam causar futuros embaraços à fiscalização da concessão e mais questionamentos à Justiça.

Na decisão, os desembargadores criticaram entendimento do Tribunal de Contas da União, que, em acórdão aprovado em agosto deste ano, liberou a concessão, argumentando que as supostas falhas são apenas “vícios formais”, que não comprometem o processo.

A ANTT e o Consórcio Rodovia da Vitória podem apresentar recursos ao TRF-1, ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal. Embora os desembargadores tenham sinalizado seu entendimento, a ação principal sobre o caso ainda vai ser apreciada.

2 1 NOV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Há quem sonhe com um golpe

O absoluto desrespeito institucional que significa classificar a Suprema Corte do País como tribunal de exceção por causa do julgamento do mensalão é despropósito que beira o golpismo. Mais absurdo ainda é verificar que essa tentativa de golpear uma das instituições fundamentais do sistema democrático é explicitamente estimulada pelo partido que há mais de uma década exerce – inclusive pelos meios ora judicialmente condenados – a hegemonia política no plano federal: o PT.

Na véspera da comemoração do Dia da República, o diretório nacional do PT divulgou nota oficial em que define sua posição a respeito do julgamento pelo STF, ainda em andamento, da Ação Penal 470, no qual já foram condenados por crimes de corrupção ativa e formação de quadrilha os então dirigentes do partido, de direito e de fato, que urdiram e executaram a trama criminoso da compra de apoio parlamentar dos principais líderes dos “300 picaretas” que dominam o Congresso Nacional, segundo memorável julgamento feito por Luiz Inácio Lula da Silva em 1993 – quando ainda estava muito longe do Palácio do Planalto.

O argumento central da nota oficial petista é de que o STF fez um “julgamento político” com a intenção deliberada de “criminalizar o PT”: “Trata-se de uma interpretação da lei moldada unicamente para aten-

der à conveniência de condenar pessoas específicas e, indiretamente, atingir o partido a que estão vinculadas”. Ou seja, os ministros do Supremo, que, em ampla maioria foram nomeados pelos governos do PT, estariam conspirando para acabar com o partido a quem devem as togas que envergam. Para tanto, não se constringem, segundo a nota, em desrespeitar “garantias constitucionais” e instalar “um clima de insegurança jurídica”; de lançar mão de “uma teoria nascida na Alemanha nazista” (a teoria do domínio do fato); de adotar a “noção de presunção de culpa em vez de inocência”.

Além disso, alegam os petistas, os ministros “confirmaram condenações anunciadas, anteciparam votos à imprensa, pronunciaram-se fora dos autos e, por fim, imiscuíram-se em áreas reservadas ao Legislativo e ao Executivo, ferindo assim a independência entre os poderes”. Em outras palavras: os ministros do STF estão tendo um comportamento condenável.

Ao divulgar a nota à imprensa, o iracundo presidente do PT, Rui Falcão, reforçou todos os argumentos contidos no documento, mas, pressionado a opinar se não há nada de positivo que se possa extrair do julgamento do mensalão, meteu os pés pelas mãos e contradiz-se ao apelar para o mantra petista segundo o qual este é hoje um país em tudo muito melhor do que antes: “As instituições estão funcionando legalmente”. Não há registro de que algum

impertinente tenha perguntado: “Inclusive o STF?”.

Para todos os efeitos, a liderança petista dá a entender que a nota de 14 de novembro encerra o assunto. É indisfarçável a intenção de preservar o partido do prolongamento de uma polémica que o faz sangrar em público. Mas os termos da nota e a intenção dissimulada dos dirigentes petistas – além dos apelos dos próprios condenados – estimulam as alas radicais do partido e das organizações sociais que o apoiam a atuar com a “mão do gato”, mobilizando-se em “defesa do PT”.

Exempló claro é a atitude do esquerdista radical Markus Sokol, integrante do diretório nacional do PT, para quem existe “insatisfação na base do partido” e por isso se impõe a realização de atos públicos para “manifestar repúdio” ao julgamento do STF. E afirma, escancarando intenções golpistas: “Para além do apenamento, há uma agressão ao PT. Se ficar sem resposta, outras organizações que incomodam a elite dominante não poderão se sentir garantidas”.

Por sua vez, a “Consulta Popular”, organização que alega reunir representantes de 17 Estados, ao final de uma reunião plenária de três dias conclamou à luta “pela revogação das condenações e das penas ilegalmente impostas”. Não fica claro no documento, diante do princípio da independência e autonomia dos poderes, a quem caberá a responsabilidade de “revogar” as condenações e as penas. Talvez um Ato Institucional?

21 NOV 2012

GAZETA DO POVO

PR perde dez posições e fica em 14.º no ranking da transparência

Estado perdeu pontos por não divulgar salário dos servidores, execução orçamentária e previsão de arrecadação. Atualização dos dados foi ponto positivo

Anderson Gonçalves

■ O Paraná está longe de ser um exemplo quando o assunto é transparência nos gastos e ações do governo. A avaliação é da Associação Contas Abertas, que divulgou ontem o ranking do Índice de Transparência, usado para medir a qualidade das informações disponibilizadas pelos governos estaduais em seus portais na internet. Da quarta posição em 2010, o Paraná passou para a 14.ª neste ano, uma queda motivada principalmente pela não divulgação individualizada dos salários dos servidores — proibida por decisão judicial.

O Índice da Transparência é estabelecido com base em três critérios: conteúdo, fre-

quência de atualização e usabilidade. A partir das notas em cada um dos quesitos é elaborada uma média geral, numa escala de um a dez. O Paraná obteve nota 5,58 no critério geral. Em 2010 o índice era de 6,07 — atrás apenas dos estados de São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Dos 26 estados avaliados, juntamente com o Distrito Federal, nove apresentaram piora no desempenho.

A nota mais baixa obtida pelo Portal da Transparência paranaense foi no quesito conteúdo, que ficou em 4,88. Segundo a avaliação, faltam informações sobre fases da execução orçamentária, não há editais completos para download e não é citada a previsão de arrecadação. A avaliação mais positiva foi no quesito atualização, em que o estado obteve a nota máxima. Um dos pontos destacados é a atualização diária da execução orçamentária.

Salários

O secretário-geral da Associação Contas Abertas, Gil Castelo Branco, explica que a não divulgação dos salários dos servidores estaduais pesou na redução da nota obtida pelo Paraná. “Em

2010 o Paraná era o único estado que divulgava esses valores. Hoje isso não acontece mais. É uma informação relevante, pois permite que se avaliem gastos com pessoal e se façam comparações”, comenta. Em junho deste ano, ao julgar uma ação do ex-deputado estadual Jocelito Canto, o Tribunal de Justiça do Paraná decidiu que a divulgação dos salários de servidores públicos estaduais é inconstitucional.

Para Castelo Branco, a despeito da maioria dos estados terem avançado no quesito transparência, ainda são necessárias medidas mais incisivas. Um dos problemas mais recorrentes é a linguagem predominantemente técnica dos portais. “Um cidadão comum, sem conhecimento dos conceitos orçamentários, tem dificuldade para decifrar as informações. É preciso tornar os portais mais amigáveis”, ressalta.

Professor de Direito Constitucional da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Egon Bockmann Moreira acredita que o aperfeiçoamento passa pela instituição de programas públicos de transparência. “É necessário estabelecer critérios bem definidos para esses portais.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

A partir disso poderiam ser convocados grupos de trabalho, para saber onde es-

tão os gargalos e o que precisa ser feito para sanar os pontos falhos.”

AVALIAÇÃO

Veja alguns dos pontos positivos e negativos do Portal da Transparência do governo do Paraná, segundo a avaliação da Associação Contas Abertas:

Pontos negativos

- » Não são divulgados os salários dos servidores.
- » O portal não possibilita o *download* completo do banco de dados.
- » O conteúdo não está disponível em um único site.
- » Faltam informações sobre a execução orçamentária.
- » Não é citada a previsão de arrecadação.
- » O portal de compras não permite *download* dos editais de licitação na íntegra.

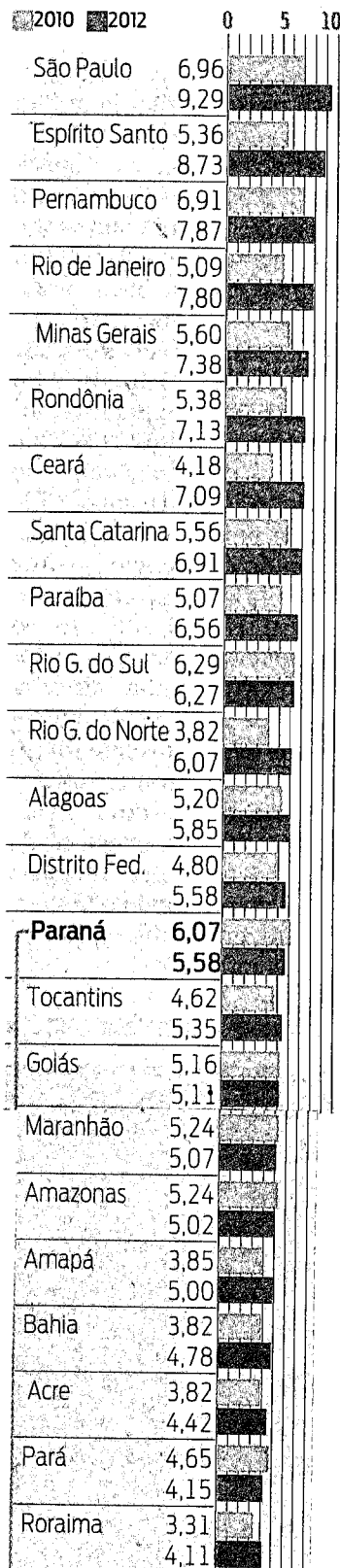
Pontos positivos

- » A atualização das despesas é feita diariamente.
- » De forma geral, são disponibilizadas informações desde 2003.
- » A página dá acesso aos portais de transparência dos poderes Legislativo e Judiciário, bem como do Tribunal de Contas do Estado.
- » Disponibiliza dados sobre despesas com viagens oficiais.
- » O portal desce ao nível máximo de detalhamento do gasto.
- » Possui quase todos os itens exigidos para a interação com o internauta.

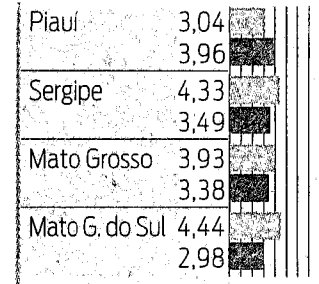
Fonte: Associação Contas Abertas

ACESSO À INFORMAÇÃO

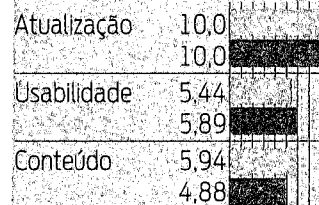
Confira as notas dos estados no Índice da Transparência, que mede o grau de informação disponível nos portais dos governos:



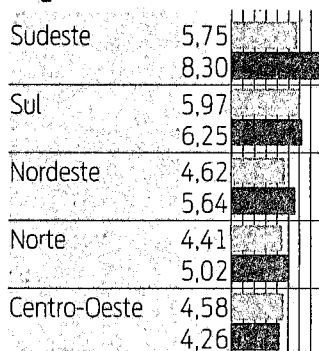
21 NOV 2012



Desempenho do Paraná



Regiões



Fonte: Associação Contas Abertas.
Infografia: Gazeta do Povo.

Governo vai avaliar critérios para índice e promete novo portal

A assessoria de comunicação do Palácio Iguazu informou que o governo do estado pretende entrar em contato com a Associação Contas Abertas, responsável pela elaboração do índice de transparência, a fim de tomar conhecimento dos critérios utilizados na elaboração do Índice de Transparência. De acordo com o governo, não houve mudança na metodologia de divulgação dos dados entre os exercícios de 2010 e 2012. A assessoria garante que, caso haja necessidade de correção ou atualização de informações, todas as providências serão tomadas. Ainda segundo o governo, até o final do ano será colocado no ar um novo Portal da Transparência. O objetivo é tornar o site mais moderno e assegurar mais facilidades no acesso às informações.

GAZETA DO POVO

STF mantém punição a juiz suspeito de vender sentença

Karlos Kohlbach

21 NOV 2012

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Celso de Mello negou o pedido do ex-desembargador do Tribunal Regional Federal da 4.^a Região (TRF4) Edgar Antônio Lippmann Júnior para suspender o ato do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que determinou sua aposentadoria compulsória. Lippmann Júnior foi aposentado em 30 de julho deste ano porque o CNJ entendeu que ele participou de um esquema de venda de decisões judiciais. A aposentadoria compulsória é a pena máxima administrativa para magistrados que cometem irregularidades.

No mandado de segurança, o ex-desembargador alegava vício no procedimento instaurado no CNJ. Segundo ele, caberia ao TRF4 apurar o caso, não o Conselho. O argumento foi rejeitado pelo ministro do Supremo. A decisão é do dia 12 deste mês e foi publicada em Diário Oficial dois dias depois.

O procedimento instaurado pelo CNJ, que resultou na aposentadoria, concluiu que Lippmann Júnior concedeu uma liminar permitindo a reabertura de um bingo em Curitiba, em novembro de 2003, em troca de vantagens financeiras. O CNJ entendeu que as provas julgadas apontaram que Lippmann teria recebido em suas contas depósitos semanais, além de realizar “frenéticas transações financeiras e imobiliárias, incompatíveis com seu rendimento”. Na esfera penal, o caso está sendo apurado em um inquérito que está em tramitação no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A reportagem não conseguiu localizar Edgar Lippmann Júnior para comentar a decisão do STF. A advogada do ex-desembargador, Danyelle da Silva Galvão, foi procurada. Mas, segundo informação do escritório de advocacia de Danyelle, ela estava num compromisso no STJ.

21 NOV 2012

GAZETA DO POVO

► IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

MPF recorrerá da decisão que livra Lula de devolver R\$ 9,5 milhões

Juiz considerou que promotoria cometeu erro técnico no processo que responsabiliza o ex-presidente pelo envio de cartas aos segurados do INSS informando sobre empréstimos de banco privado

■ A Procuradoria da República no Distrito Federal vai recorrer contra a decisão da Justiça Federal de primeira instância que livrou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva de uma ação de improbidade que pedia a restituição de R\$ 9,5 milhões aos cofres públicos. Segundo o entendimento do juiz Paulo Cesar Lopes, da 13.^a Vara da Justiça Federal do Distrito Federal, a Procuradoria cometeu um erro técnico ao propor a ação de improbidade contra Lula. Para o magistrado, o ex-presidente só poderia ter sido alvo de uma ação da mesma natureza enquanto exercia o cargo de presidente, e ainda assim por meio de outro tipo de medida judicial chamada ação por crime de responsabilidade.

10,6
MILHÕES

de cartas a segurados do INSS foram enviadas pelo governo federal de outubro a dezembro de 2004.

A procuradora da República Luciana Loureiro, responsável pelo caso, afirma que “do ponto de vista jurídico, há controvérsia sobre a aplicabilidade da Lei de Improbidade a presidente da República. Não desconheço isso. Mas a questão também não está fechada, porque ainda não houve decisão definitiva pelo STF [Supremo Tribunal Federal]”. Ela disse que insistirá que Lula e o ex-ministro da Previdência Amir Lando devolvam aos cofres públicos os R\$ 9,5 milhões de Lula referentes ao envio de cartas a segurados do INSS informando sobre a possibilidade de obtenção de empréstimos consignados a juros reduzidos.

O envio das correspondências em setembro de 2004, no entender do Ministério Público Federal, favoreceu o BMG, único banco privado na ocasião que havia entrado no mercado de crédito consignado do país.

A procuradora deve, primeiro, apresentar um recurso contestando a decisão de extinguir a ação de improbidade sem análise do mérito. Se não prosperar esse recurso, a saída tende a ser a apresentação de uma ação civil específica de ressarcimento ao erário público. Na sentença, o juiz Paulo Cesar Lopes, da 13.^a Vara Federal, deixa aberta essa última possibilidade de devolução do dinheiro.

Em fevereiro, o jornal *O Estado de S. Paulo* revelou a defesa prévia que o ex-presidente havia apresentado na ação de improbidade. Na manifestação, Lula argumentou que decisões do Tribunal de Contas da União o isentaram de envolvimento irregular no envio das correspondências, uma vez que apenas os agentes públicos responsáveis pela confecção e pelo envio das cartas foram multados.

Mensalão

Essa é a única ação contra Lula na Justiça que, indiretamente, o envolve no escândalo do mensalão. Em outubro, dirigentes do BMG foram condenados pela Justiça Federal, assim como integrantes da cúpula do Banco Rural no julgamento do mensalão, por terem concedido empréstimos fraudulentos ao PT e ao empresário Marcos Valério que abasteceram o esquema de pagamento de deputados.

GAZETA DO POVO

PAIXÃO

21 NOV 2012

MEU BEM
ESTÃO FALANDO
DE VOCÊ!



21 NOV 2012

GAZETA DO POVO

» JUDICIÁRIO

Juíza manda soltar bicheiro Cachoeira

Justiça condena contraventor a 5 anos de prisão em regime semiaberto. Por isso, ele será solto da cadeia onde está há 9 meses

A Justiça do Distrito Federal condenou o bicheiro Carlinhos Cachoeira a cinco anos de prisão em regime semiaberto. Com isso, a Justiça determinou a soltura de Cachoeira, que está preso há 266 dias — cerca de nove meses. Até o fechamento da edição, Cachoeira não havia sido libertado da Penitenciária da Papuda, em Brasília, onde estava detido.

Cachoeira estava preso devido ao processo decorrente da Operação Saint-Michel, deflagrada pelo Ministério Público do Distrito Federal (DF) e que investigou fraudes no sistema de bilhetação do transporte público do DF. Essa ação foi um desdobramento da Operação Monte Carlo, deflagrada pela Polícia Federal em fevereiro e que o levou à cadeia no dia 29 daquele mês. As investigações da Monte Carlos acabaram gerando a CPI do Cachoeira, que deverá ser encerrada nesta semana com a leitura de seu relatório final.

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal iria julgar um pedido de liberdade da defesa de Cachoeira na próxima quinta-feira. Mas a juíza Ana Cláudia de Oliveira, da 5.ª Vara Criminal, antecipou a sentença. “Não há formação de quadrilha nem tráfico de influência no caso da Saint-Michel. Não havia motivo para continuar com a prisão”, explicou o advogado de Cachoeira, Nabour Bulhões.

GAZETA DO POVO

Lewandowski diz que vai ser um vice “low profile”

21 NOV 2012

■ O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski disse ontem que as equipes de seu gabinete e a do futuro presidente, Joaquim Barbosa, estão conversando sobre o período em que estiverem à frente da corte. Ele afirmou, no entanto, que será um vice-presidente com “protagonismo mínimo, low profile”. Barbosa e Lewandowski assumem, respectivamente, a presidência e a vice-presidência do STF amanhã.

Nos últimos três meses, a relação entre Lewandowski e Barbosa ficou estremecida após diversos bate-bocas ao longo do julgamento do mensalão, uma vez que são revisor e relator, respectivamente, do processo. “Nossas equipes estão conversando para eventuais ausências, sobretudo em receso. Estamos acertando as datas, vendo conveniências [de quem vai sair primeiro, em qual período]. É praxe essa conversa”, disse. “Serei um vice-presidente bem tradicional e o mais colaborativo possível”, completou.

O futuro vice-presidente disse que não vai “sugerir absolutamente nada”. “Eu vou ficar bem quietinho na vice, bem vice, vou ser tipo assim um vice José Alencar [ex-vice-presidente da República no governo Lula].”

O ministro minimizou os desentendimentos com Barbosa e disse que fora do julgamento teve uma boa relação com o colega de STF. “Eu sempre fui um dos que melhor me dei com Joaquim. Os que são casados sabem que há rugas, mas a instituição do casamento é mais forte que eventuais rugas. Comparando em termos de instituição, acho que precisamos preservar as instituições.”

O ministro ressaltou, porém, que Barbosa terá que ser mais político na presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). “Eu diria que é mais político porque coordenar um colégio de iguais é uma coisa, de desiguais, em termos da proveniência profissional, não é fácil.”

ROBERTO LUIZ D'AVILA

A eutanásia dos desassistidos

Mistanásia. Poucos conhecem de imediato o significado dessa palavra que traduz, em quatro sílabas, a dor e o sofrimento impostos à sociedade pela desassistência. São homens, mulheres e crianças que nem têm a chance de se tornarem pacientes. Morrem antes, pois não conseguem ingressar efetivamente no sistema de atendimento. Ou pior: mesmo acolhidos num hospital ou pronto-socorro, não recebem o diagnóstico e o tratamento que esperam.

Num país como o Brasil, pretensamente recém-ingressado no clube das economias mais poderosas do planeta, soa estranho falar sobre mistanásia, que alguns especialistas em bioética chamam de “eutanásia social”. Mas é uma situação que infelizmente nos ronda. Há alguns meses uma reportagem de televisão apresentou o drama de uma criança paraense que, mesmo cuidada por uma médica, não conseguiu leito de internação e acabou morrendo. O martírio dessa menina e o desespero da colega que a acompanhava — testemunhados pelas câmaras — comprovam que a mistanásia no Brasil existe. Como esse caso, há milhares de outros, anônimos, absorvidos pelas estatísticas.

Entendo que o governo — em diferentes esferas — até tem procurado fazer algo para evitar situações desse tipo. Contudo, é inegável que falta mais, especialmente por conta de pecados cometidos pelos gestores do Sistema Único de Saúde (SUS). A exemplo dos avestruzes diante do perigo, eles escondem a cabeça na areia, como se isso os livrasse da ameaça.

É preciso encarar o problema de frente. Os gestores devem entender que a condução de um sistema baseado nas diretrizes da universalidade, integralidade e equidade no acesso necessita de uma visão estruturante. As decisões não podem buscar respostas imediatas e muito menos midiáticas. O brasileiro precisa — e espera — de soluções permanentes, de longo prazo. Não queremos atalhos e improvisos, mas um caminho bem si-

21 NOV 2012
GAZETA DO POVO

nalizado, que nos afaste da sedução do mais fácil.

Nos últimos meses, é evidente que os gestores já escolheram um culpado, sobre o qual — no entendimento deles — deve recair o peso de todos os males da desassistência. Elegeram o médico (ou a falta dele) como o responsável pela agonia dos brasileiros, especialmente dos que têm amparo apenas no SUS. Desde então, a categoria médica se tornou o alvo de uma ação coordenada que oferece à sociedade placebo em lugar de remédio efetivo para o tratamento de suas demandas. Ressalte-se que se trata de categoria sem carreira, com salário irrisório (quando servidores públicos) ou remuneração paga pela Tabela SUS (quando prestador), cujos valores são aviltantes.

Apesar da alegada preocupação com “a falta de médicos”, o país não ouviu ainda os gestores anunciarem mais recursos para a saúde e nem mudanças no modelo de gestão. Eles muito menos apresentaram medidas que qualifiquem a estrutura de atendimento nos municípios mais pobres e distantes e estimulem a fixação de médicos e outros profissionais da saúde nestas localidades. É como se vivêssemos no Reino das Águas Claras, onde a presença de um estetoscópio basta para recuperar a saúde do paciente.

A responsabilidade é bem maior e os médicos não arcarão com o ônus dessa fatura que, no nosso entender, nada mais é que a expressão da mistanásia social no Brasil. Em defesa da vida, os médicos não permitirão a manutenção desse pacto e nem a impunidade de seus signatários.

Roberto Luiz d'Avila é presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM).

21 NOV 2012

GAZETA DO POVO

BESSA

Cadeiras ocupadas 1

A Academia Paranaense de Letras elegeu nesta terça-feira, de uma só vez, quatro novos integrantes em reunião realizada na sede do Centro Paranaense Feminino de Cultura. Os novos acadêmicos são o geólogo João José Bigarella, os escritores Paulo Venturelli e Guido Viaro Neto e o empresário Darci Piana, presidente da Federação do Comércio do Paraná. Dos quatro, apenas Bigarella já havia sido eleito na semana passada, em pleito separado, tendo seu nome ratificado ontem.

Piana entrou para a APL pelo lançamento da coletânea *Nos passos do comércio*, publicada no primeiro semestre deste ano, e pela parceria com a prefeitura que resultou na abertura do Paço da Liberdade, na Praça Generoso Marques.

Cadeiras ocupadas 2

Com isso, o mandato do advogado Eduardo Rocha Virmond chega ao fim com todas as 40 cadeiras ocupadas. A posse dos novos confrades será em fevereiro, junto com a posse da nova diretoria, que será presidida pela escritora Chloris Casagrande Justen, primeira mulher a presidir a entidade.

O advogado e professor Alexandre Knopfholz, membro da equipe do Escritório Professor René Dotti, lança o livro *A denúncia genérica nos crimes econômicos* hoje, às 19 h, na sede da OAB-PR.

COLUNA DO LEITOR

Estacionamento no Centro Cívico

Uma vergonha a postura da prefeitura em não regulamentar o estacionamento no Centro Cívico. O estacionamento que deveria ser público transformou-se em estacionamento privativo do servidor público. Cabe ação do Ministério Público para que o direito seja de todos.

João Ferreira de Freitas Filho

21 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

Depois de 266 dias de prisão, juíza manda soltar Cachoeira

Empresário foi condenado a 5 anos de cadeia,
mas pena corre em regime semiaberto

**‘É inegável sua
pretensão de enriquecer
em detrimento do
patrimônio público’, diz
magistrada na sentença**

A Justiça do Distrito Federal condenou ontem Carlos Cachoeira a cinco anos de prisão em regime semiaberto e, na mesma decisão, mandou soltar o empresário, recluso há 266 dias.

Até o final da noite, ele não havia deixado o presídio da Papuda, em Brasília.

“Julgo que não mais subsiste a necessidade de segregação cautelar”, escreveu a juíza Ana Cláudia de Oliveira Barreto em sua sentença.

A soltura se dá porque Cachoeira estava preso preventivamente. Com a condenação, irá recorrer em liberdade e mesmo que houver condenação definitiva, ela não implicará nesse caso em regime fechado de prisão.

Acusado de tentar fraudar o sistema de bilhetagem do transporte público da capital federal, Cachoeira foi condenado por formação de quadrilha (dois anos) e tráfico de influência (três anos), além de multa.

Para a juíza, ele era “o principal líder do bando”.

O empresário é pivô de um escândalo que resultou na

cassação do mandato de um senador e na instalação de uma CPI no Congresso.

O relatório final da CPI deve ser apresentado hoje aos deputados e senadores.

SENTENÇA

“É inegável sua pretensão de enriquecer em detrimento do patrimônio público”, diz trecho da sentença, a qual a **Folha** teve acesso.

A decisão é decorrente da Operação Saint-Michel, deflagrada pelo Ministério Público do Distrito Federal.

Essa operação foi um desdobramento da Monte Carlo, que levou Cachoeira à cadeia no dia 29 de fevereiro.

Nesta ele é acusado de comandar esquema de jogo ilegal e corromper agentes públicos. O processo da Monte Carlo corre na Justiça Federal de Goiás e está na fase de alegações finais da defesa, passo anterior à sentença.

Ou seja, se for condenado em regime fechado nesse caso, ele pode voltar à prisão.

O advogado de Cachoeira, Nabor Bulhões, disse que seu cliente não cometeu os crimes a que foi condenado. “Não havia motivo para continuar com a prisão”, disse.

Na sentença de ontem, o ex-diretor da Delta Construções Cláudio Abreu foi condenado a três anos e seis meses, mesma pena aplicada a outro ex-diretor da empresa, Heraldo Puccini Neto.

Apontado como braço-direito de Cachoeira, Gleyb Cruz foi condenado a quatro anos e três meses. Assim como o “chefe”, ele estava preso e a juíza mandou libertá-lo para cumprir a pena em regime semiaberto.

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

CRONOLOGIA DE CACHOEIRA

Empresário é pivô de escândalo que resultou na cassação de um senador

O 1º escândalo

Carlinhos Cachoeira se tornou conhecido nacionalmente em fevereiro de 2004, segundo ano do governo Lula, quando veio a público um vídeo em que ele negociava propina com Waldomiro Diniz, que na época do escândalo era assessor do então ministro José Dirceu na Casa Civil

21 NOV 2012

O retorno

Em 29 de fevereiro de 2012, o empresário é preso em operação da Polícia Federal sob acusação de comandar um esquema de exploração de caça-níqueis em Goiás

Mundo político

Após a prisão de Cachoeira, suas ligações com políticos são reveladas quando escutas da polícia vêm à tona apontando que a rede do empresário envolveria dois governadores e um senador

A construtora Delta

A empresa, que cresceu fazendo negócios com o governo, é apontada como o braço empresarial do esquema e levou para o escândalo o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB), após a divulgação de fotos e vídeos em que ele e secretários de seu governo confraternizam com o dono da empreiteira, Fernando Cavendish, em viagens à Europa



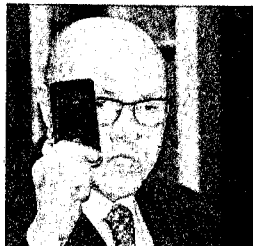
Marconi Perillo (PSDB)
Governador (GO)

Cachoeira teria influência sobre integrantes do governo do tucano, além de fazer nomeações e ter relação direta com o governador



Agnelo Queiroz (PT)
Governador (DF)

Integrantes de seu governo tinham relação próxima com o grupo de Cachoeira, que teria interesse em contrato para coleta de lixo



Demóstenes Torres
Ex-senador (GO)

Investigações mostraram a relação íntima do empresário com o então senador, que teria usado seu mandato para beneficiar Cachoeira

CONTINUA

21 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

A CPI

Comissão formada por deputados e senadores começou os trabalhos no fim de abril, mas pouco avançou em relação às investigações da polícia e do Ministério Público. Vários dos depoentes permaneceram calados em seus depoimentos, entre eles Cachoeira

Relatório final

O documento do deputado Odair Cunha (PT-MG), relator da CPI, que ainda será divulgado, deve concluir que Cachoeira corrompia agentes públicos para beneficiar os seus negócios e pede o indiciamento do governador Perillo por suas relações com o empresário

Soltura

A Justiça do DF condena Cachoeira a cinco anos de prisão, em regime semia-aberto. Com a decisão, foi determinada a soltura do empresário



Carlinhos Cachoeira

OUTROS POLÍTICOS ENVOLVIDOS

Carlos Alberto Leréia (PSDB-GO)
Em gravação, cobra de um integrante do grupo de Cachoeira o pagamento por serviços prestados

Stepan Nercessian (PPS-RJ)
O deputado admitiu à Folha ter recebido R\$ 175 mil de Cachoeira, mas, o dinheiro foi devolvido

Jovair Arantes (PTB-GO)
Foi gravado em conversas com Cachoeira. Admitiu manter contatos, mas afirmou não ter negócios com ele

Rubens Otoni (PT-GO)
Em vídeo, Cachoeira ofereceu R\$ 100 mil para o deputado e pediu para o dinheiro não ser declarado

Sandes Júnior (PP-GO)
Em gravação, fala de edital de concorrência pública e de cheques, cujos valores seriam divididos com Cachoeira

21 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

Barbosa dá prazo para mensalão do PSDB

Ministro acelera oitiva de testemunhas
em último ato como relator do caso

**Entre os intimados
estão o ex-governador
do Ceará Ciro Gomes
(PSB) e o presidente do
PSDB, Sérgio Guerra**

O ministro Joaquim Barbosa, do STF (Supremo Tribunal Federal), fixou nesta semana o prazo de 40 dias para que testemunhas do mensalão mineiro, que envolve políticos do PSDB, sejam ouvidas pela Justiça.

O valerioduto tucano foi um suposto esquema de desvio de recursos públicos e financiamento irregular da campanha eleitoral do então governador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que tentava a reeleição em 1998 e perdeu.

ÚLTIMO ATO

Entre os intimados estão o presidente nacional do PSDB, Sérgio Guerra (PSDB-PE), e o ex-governador do Ceará Ciro Gomes (PSB-CE), que até 1997 integrou a legenda.

É a última medida de Barbosa na ação penal que investiga o mensalão do PSDB.

Ele assume amanhã a presidência do STF. Como o processo não está finalizado, deixará o caso, que passará a ser conduzido pelo magistrado que assumir seu gabinete.

“COERCITIVAMENTE”

O despacho foi assinado na segunda-feira, 19. Nele, Barbosa autoriza os juízes que devem tomar os depoimentos a “conduzirem coercitivamente as testemunhas” que faltarem às audiências.

O ministro decidiu também incluir perguntas formuladas por ele aos depoentes.

Barbosa questiona, por exemplo, se as testemunhas tinham conhecimento de que o publicitário Marcos Valério pagava despesas de campanha de Eduardo Azeredo.

Na pergunta, cita “indícios” de que houve desvio de dinheiro público no caso. A suspeita é que o dinheiro teria saído de estatais mineiras para a SMP&B, empresa controlada pelo publicitário, “sob a justificativa formal de patrocínio a três eventos esportivos”.

Valério é pivô de outro mensalão, o do PT, e já foi condenado pelo Supremo a 40 anos de prisão.

DÍVIDA

No despacho, Barbosa cita outros personagens que aparecem tanto no mensalão petista quanto no do PSDB: Ramon Hollerbach e Cristiano Paz, sócios de Valério, a DNA Propaganda, controlada pelos três, e o Banco Rural.

O ministro questiona se as testemunhas “conhecem ou tiveram contato” com os publicitários “tendo em vista que esses três corréus contraíram dívidas no montante de R\$ 13,9 milhões através da DNA Propaganda mediante empréstimo no Banco Rural”.

O dinheiro, segundo depoimento dos publicitários, “destinou-se ao financiamento” da campanha de Azeredo e de seu vice, Clésio Andrade ao governo mineiro.

Mais tarde, segundo o processo, o Banco Rural “aceitou dar quitação” dos R\$ 13 milhões por R\$ 2 milhões “através de transação judicial”.

PRESCRIÇÃO

O mensalão mineiro ocorreu em 1998 mas a acusação só foi apresentada pelo procurador-geral da República ao STF em 2007. Em 2009, o Supremo aceitou a denúncia.

Diferentemente do caso petista, o processo tucano foi desmembrado e apenas Azeredo, que é deputado, e o senador Clésio Andrade (PMDB-MG), que têm foro privilegiado, permanecem no STF.

Outros 12 réus são processados em primeira instância.

Um dos acusados, o ex-ministro Walfrido dos Mares Guia, presidente do PSB-MG, deverá ser o primeiro envolvido a se beneficiar da lentidão da Justiça.

Ao completar 70 anos no próximo sábado, 24, ele poderá requerer a prescrição dos crimes de peculato e lavagem de dinheiro, pelos quais foi denunciado.

Mares Guia era vice-governador à época e coordenava a campanha de Azeredo.

21 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

Barbosa acumula presidência do STF e relatoria do mensalão hoje

DE BRASÍLIA - O STF (Supremo Tribunal Federal) retoma hoje o julgamento do mensalão com o ministro Joaquim Barbosa exercendo a dupla função de presidente da corte e relator do processo.

Apesar de sua posse estar marcada para amanhã, ele ocupa a presidência do Supremo interinamente desde segunda.

Será, segundo ministros ouvidos pela **Folha**, o primeiro teste do colega e uma espécie de termômetro para saber se os próximos dois anos serão “tranquilos” ou “conturbados”.

Barbosa terá como vice Ricardo Lewandowski, revisor do processo do mensalão. Durante esse julgamento, eles protagonizaram vários bate-bocas.

Ontem, Lewandowski minimizou os desentendimentos e afirmou que será um vice-presidente com “protagonismo mínimo, low profile”.

“Serei um vice-presidente bem tradicional e o mais colaborativo possível”, completou.

Ele ainda disse que não vai “sugerir absolutamente nada”. “Eu vou ficar bem quietinho. Vou ser um vice José Alencar [ex-vice-presidente da República no governo Lula].”

Supremo terá de enfrentar questão dos mandatos

Decisão sobre se deputados perdem cargo é um dos pontos em aberto

Os parlamentares condenados perdem automaticamente o mandato eletivo? Falando poucas sessões para término do julgamento da ação penal do mensalão, essa é uma das poucas questões jurídicas em aberto.

Há dois meses, o ministro aposentado Cezar Peluso condenou o deputado João Paulo Cunha a pena de prisão, além de expressamente ter declarado a perda do mandato como efeito da condenação.

O presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, entretanto, avisou que a perda do mandato em razão de condenação criminal transitada em julgado seria decisão que compete ao plenário da Casa.

A perda do mandato determinada por Peluso tem fundamento no Código Penal. O código prevê que perderá o mandato aquele que for condenado à pena privativa de liberdade superior a quatro anos ou a superior a um ano em caso de crime praticado por violação de dever para com a administração pública.

Marco Maia, por outro lado, entendeu que a Constituição não teria previsto a perda do mandato como efeito de decisão criminal condenatória. Essa decisão seria política e caberia ao Congresso.

No ano passado, o STF con-

denou senador por corrupção eleitoral a cerca de 3 anos de reclusão. Naquela oportunidade houve intensa discussão sobre os efeitos da condenação. A questão central era saber se condenação teria como efeito a perda do mandato.

Alguns ministros levantaram a tese de que a condenação criminal implicaria automaticamente a suspensão dos direitos políticos em virtude do art. 15, III, da Constituição.

Nessa hipótese, o Congresso apenas reconheceria a decisão do Supremo.

Outros ministros levantaram interpretação diferente: a condenação não geraria suspensão automática no caso de deputados e senadores, para os quais a Constituição teria criado regras especiais. Mas o tribunal não tomou uma posição clara. Na prática, a decisão foi postergada.

Os ministros terão de enfrentar a questão. Terão de decidir também se o efeito da perda do mandato, previsto no Código Penal, é compatível com a Constituição em relação a deputados.

Já a Câmara terá de decidir se questionará a interpretação do órgão que a Constituição incumbiu como seu guardião.

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

JOAQUIM FALA

Aguardado com expectativa, o discurso de posse de Joaquim Barbosa na presidência do STF (Supremo Tribunal Federal) amanhã deve desapontar os que apostam em uma fala recheada de recados à presidente Dilma Rousseff, a outros Poderes ou mesmo a magistrados. O ministro é avesso a esse tipo de iniciativa.

21 NOV 2012

DE PERTO

Aos poucos interlocutores com quem tem conversado, Barbosa dia que só quem não o conhece bem aposta numa gestão com crises gratuitas, internas ou na relação com a Presidência e o Congresso.

DE PERTO 2

Em entrevista exclusiva à **Folha**, em outubro, o próprio ministro afirmou, sobre divergências com colegas do STF, que “uma coisa é você estar lá [no plenário], no embate de ideias e pontos de vista. Outra é você ter a responsabilidade pelo todo”.

DE PERTO 4

Barbosa afirmou também o que agora tem repetido a interlocutores: ele deve abordar questões delicadas do Judiciário: “No Brasil, coisas absurdas são admitidas como as mais naturais. Por exemplo, filhos e mulheres de juizes advogarem nas cortes em que seus parentes atuam”.

FOLHA DE S. PAULO

FERNANDO RODRIGUES

Choque de realidade

BRASÍLIA - O primeiro choque de realidade sobre os efeitos não tão profiláticos do julgamento do mensalão virá quando o STF decidir sobre quem deve cassar os mandatos de alguns dos políticos condenados. Há grande controvérsia a respeito.

A prevalecer decisões anteriores de cinco dos atuais ministros do Supremo, caberá apenas à Câmara dos Deputados tomar a decisão final de expulsar políticos condenados. Se assim o for, a demora será enorme.

Ocorre que o artigo 55 da Constituição determina que o deputado que “sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado” só perde o mandato se assim desejar a Câmara —cuja deliberação terá de ser por “maioria absoluta” e com sistema de “voto secreto”.

Há aí vários problemas e anomalias. Primeiro, a expressão “transitado em julgado”. Essa é a condição de um processo para o qual não cabe nenhum tipo de recurso. É consenso aqui em Brasília que a ação penal 470, o mensalão, atingirá esse estágio, com sorte, no segundo semestre de 2013. Até lá, a Câmara ficará com quatro deputados condenados.

Quando o caso, de fato, estiver encerrado na Justiça, transitado em julgado, a situação se torna mais surrealista. A Câmara terá então condenados em definitivo que poderão continuar a votar leis e a fazer discursos. Isso vai acontecer porque o processo de cassação de mandato demora meses antes de ser consumado.

O realismo fantástico não termina aí. Com o mensalão transitado em julgado, serão imediatamente expedidos mandados de prisão. Mas a Câmara não conseguirá cassar a jato os seus condenados. Alguns estarão na cadeia, ainda que só dormindo na prisão, e, ao mesmo tempo, aptos a aprovar novas leis durante o dia.

É claro que o julgamento do mensalão representou um avanço institucional. Só que há um exagero na euforia do tipo “o Brasil mudou”. O Brasil ainda não mudou. Está em processo de mudança. E falta muito.

21 NOV 2012

21 NOV 2012

FOLHA DE S. PAULO

Ação penal 470: sem provas e sem teoria

LUÍZ MOREIRA

Em 11 de novembro, a **Folha** publicou entrevista com o jurista Claus Roxin em que são estabelecidas duas premissas para a atuação do Judiciário em matéria penal. Uma é a comprovação da autoria para designar o dolo. A outra é e que o Judiciário, nas democracias, é garantista.

Roxin consubstancia essas premissas nas seguintes afirmações:

1) “A posição hierárquica não fundamenta, sob nenhuma circunstância, o domínio do fato. O mero ter que saber não basta. Essa construção [“dever de saber”] é do direito anglo-saxão e não a considero correta. No caso do Fujimori, por exemplo, foi importante ter provas de que ele controlou os sequestros e homicídios realizados.”

2) “É interessante saber que aqui também há o clamor por condenações severas, mesmo sem provas suficientes. O problema é que isso não corresponde ao direito”.

Na seara penal, portanto, o Judiciário age como a instância que garante as liberdades dos cidadãos, exigindo que o acusador demonstre de forma inequívoca o que alega.

Assim, atribui-se ao Judiciário o desempenho de um papel previamente estabelecido, pelo qual “fazer justiça” significa o cumprimento correto dos procedimentos estabelecidos pelo ordenamento jurídico.

Judiciário em democracia tem de ser garantista. O STF ignorou essa tradição. Direito penal com deduções não deve existir, por mais clamor popular que exista

Com Roxin, sustento que cabe ao Judiciário se circunscrever ao cumprimento de seu papel constitucional, de se distanciar da tentativa de se submeter ao clamor popular e de aplicar aos jurisdicionados os direitos e as garantias fundamentais.

Nesse sentido, penso que, durante o julgamento da ação penal 470, o STF se distanciou do papel que lhe foi confiado pela Constituição de 1988, optando em adotar uma posição não garantista, contornando uma tradição liberal que remonta à Revolução Francesa.

Esses equívocos conceituais transformaram, no meu entender, a ação penal 470 num processo altamente sujeito a contestações várias, pois o STF não adotou corretamente nem sequer o domínio do fato como fundamento teórico apropriado. Tais vícios, conceitual e metodológico, se efetivaram do seguinte modo:

1) O relator criou um paralelo entre seu voto e um silogismo, utilizando-se do mesmo método da acusa-

ção. O relator vinculou o consequente ao antecedente, presumindo-se assim a culpabilidade dos réus.

2) Em muitas ocasiões no julgamento, foi explicitada a ausência de provas. Falou-se até em um genérico “conjunto probatório”, mas nunca se apontou em que prova o dolo foi demonstrado.

Por isso, partiu-se para uma narrativa em que se gerou uma verossimilhança entre a ficção e a realidade. Foi substituída a necessária comprovação das teses da acusação por deduções, em que não se delineia a acusação a cada um dos réus nem as provas, limitando-se a inseri-los numa narrativa para chegar à conclusão de suas condenações em blocos.

3) Por fim, como demonstrado na entrevista de Roxin, como as provas não são suficientes para fundamentar condenações na seara penal, substituíram o dolo penal pela culpa do direito civil.

A inexistência de provas gerou uma ficção que se prestou a criar relações entre as partes de modo que se chegava à suspeita de que algo realmente acontecera. Ocorre que essas deduções são próprias ao que no direito se chama responsabilidade civil, inaplicável ao direito penal.

LUÍZ MOREIRA, 43, doutor em direito e mestre em filosofia pela UFMG, é diretor acadêmico da Faculdade de Direito de Contagem

FOLHA DE LONDRINA

Em busca da paternidade

Mais de 2,5 mil procedimentos espontâneos são registrados no Paraná; CNJ incentiva reconhecimento do pai

21 NOV 2012

Rubens Chueire Jr.
Reportagem Local

Curitiba - O Paraná é o terceiro Estado com maior número de reconhecimentos espontâneos de paternidade do País. Desde o lançamento do projeto Pai Presente, da Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ), em 2010, foram 2.652 casos confirmados. Fica atrás apenas de São Paulo (5.490) e do Ceará (3.681).

Em todo o País, 17.963 crianças, jovens e adultos que não possuíam o nome do pai na certidão de nascimento foram reconhecidos. O programa é realizado em parceria com os tribunais de Justiça de todo o País. O reconhecimento pode ser espontâneo, por meio de audiências com as mães, exames de DNA ou processos judiciais.

Balanco divulgado pelo órgão aponta que mais de 22,8 mil audiências entre mães, filhos e supostos pais foram realizadas desde 2010. O Pai Presente estabelece um conjunto de medidas, que devem ser adotadas pelos juízes, para identificar os pais e garantir o registro.

Uma das ações da corregedoria foi distribuir aos tribunais dados acerca dos estudantes que não informaram o nome do pai no Censo Escolar 2009, para que os magistrados tentem localizar as famílias e identificar o suposto pai. Desde então, mais de 219 mil mães foram notificadas. Pelo menos 12,4 mil exames de DNA foram feitos e 26 mil ações de investigação

de paternidade foram abertas. No Paraná, 187.084 alunos não haviam declarado o nome do pai no Censo.

A investigação de paternidade é prevista desde 1992, quando entrou em vigor a lei federal nº 8.560, que obriga os cartórios a encaminhar aos Ministérios Públicos todos os registros de nascimento de crianças em que o nome do pai não é declarado.

"Nossa intenção é levantar dados mais recentes sobre crianças sem registro de paternidade, utilizando inclusive informações do cadastro do Bolsa Família", explica o juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, Gabriel Silveira de Matos. "Mais do que a garantia de pensão alimentícia, se trata de um direito moral da criança e adolescente. Eles podem e devem saber quem são seus pais e de onde vieram."

A iniciativa do CNJ facilita ainda o reconhecimento tardio, uma vez que permite que mães, pais e filhos iniciem o reconhecimento de paternidade em qualquer cartório de registro civil. Para isso, no caso de mães e filhos maiores de 18 anos, basta preencher o Termo de Identificação de Paternidade. As informações são encaminhadas ao juiz, que notifica o suposto pai a manifestar-se sobre o reconhecimento ou não da paternidade.

O reconhecimento espontâneo de filhos maiores de idade também pode ser feito em qualquer cartório de registro civil. O procedimento é gratuito

Reconhecimento é direito dos filhos

Curitiba - Nem sempre os pais estão dispostos a reconhecer os filhos de forma espontânea. Nesses casos, a discussão sobre a paternidade vai parar nos tribunais. De acordo com levantamento do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), perto de 3 mil foram encaminhados ao Ministério Público desde 2010 para instauração de ações de Investigação de Paternidade.

"Além do valor afetivo, o reconhecimento paterno assegura direitos legais, como recebimento de pensão alimentícia e participação na herança. É um direito da criança e do adolescente", ressalta a promotora Galatêia Fridlund, da Promotoria de Justiça de Comunidades do Ministério Público do Paraná (MPPR).

Segundo a promotora, existem situações em que a mãe não quer revelar a paternidade e é o suposto pai quem procura a Justiça para tentar reconhecer o filho. "Isso acontece muito quando a mãe tem autonomia financeira. Em outros casos, quando o DNA dá negativo, é porque a própria mãe não sabe quem é o pai e, por isso, recorreu à promotoria. Sempre procuramos conversar com as mães para mostrar a importância do registro paterno. Mesmo nos casos em que o pai está preso", completa.

Exame

O exame de DNA em que são confrontados material genético da criança e do suposto pai, com índice de acerto superior a 99%, é realizado em duas situações: quando o homem se propõe a registrar a criança, mas não tem certeza sobre a paternidade, ou quando ele não quer assumir o filho e o caso vira ação na Justiça.

As partes não são obrigadas a se submeter ao DNA. Mas, na maioria das vezes, de acordo com a promotora, pai e mãe concordam em fazer o teste. Normalmente o custo é dividido entre os pais.

CONTINUA

2 1 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

'Foi importante conhecer minhas origens'

Curitiba - A funcionária pública Eunice Souza Paula, de 49 anos, e a universitária Janaína Souza Paula Oberst, 20, são exemplos da importância da luta pelo reconhecimento paterno. Mãe e filha agora concordam que qualquer criança ou adolescente tem o direito de conhecer suas origens. A história delas, no entanto, teve momentos turbulentos.

Eunice conta que quando a filha nasceu tinha certeza de que o pai era o ex-noivo dela. O homem, porém, duvidava porque na época, por meio de um exame, havia descoberto que tinha apenas 0,048% de chance de ter filhos por conta de insuficiência de espermatozoides.

"Ele estava em outro relacionamento, mas eu sabia que a filha era dele. Após o nascimento ficamos sem nos encontrar por três anos. Quando ela completou o terceiro ano de vida, resolvi entrar na Justiça. Acredito que fiz a coisa certa. Era um direito dela; independentemente da minha relação com o pai dela", aponta Eunice.

O processo arrastou-se na Justiça por três anos. Até que, por meio do exame de

DNA, ficou comprovada a paternidade. Na época com 6 anos, a menina chegou a brigar com a mãe porque não queria ter outro pai. Ela reconhecia um tio como figura paterna e o verdadeiro pai a re-negava até então. "Foi ocorrendo uma aproximação, mas foi muito difícil. Entendo a dúvida que ele tinha por causa do exame de saúde dele. Mas eu tinha certeza da paternidade. Como viajava muito a trabalho, quando a Janaína completou 15 anos decidimos que ela deveria morar com o pai."

Depois de algum tempo, o relacionamento entre pai e filha melhorou. Hoje Janaína mora em Palotina (Oeste) e cursa o segundo ano de Medicina Veterinária na Universidade Federal do Paraná (UFPR). "Sempre que volto a Curitiba fico um pouco com a mãe e um pouco com meu pai. Agora, sei que foi importante conhecer minhas origens. Quando era mais nova fiquei brava, não queria ter outro pai. Mas aos poucos a relação foi melhorando e hoje estamos felizes", celebra

21 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA

Lewandowski diz que será vice-presidente 'low profile'

Brasília - O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski disse ontem que as equipes de seu gabinete e a do futuro presidente, Joaquim Barbosa, estão conversando sobre o período em que estiverem à frente da Corte, mas afirmou que será um vice-presidente com "protagonismo mínimo, low profile". Barbosa e Lewandowski assumem, respectivamente, a presidência e a vice-presidência amanhã.

Nos últimos três meses, a relação entre Lewandowski e Barbosa ficou estremecida após diversos bate-bocas ao longo do julgamento do mensalão, uma vez que são revisor e relator, respectivamente, do processo.

"Nossas equipes estão conversando para eventuais ausências, sobretudo em recesso. Estamos acertando as datas, vendo conveniências (de quem vai sair primeiro, em qual período). É praxe essa conversa. É praxe que o vice divida com o presidente a gestão da corte, sobretudo as liminares durante o recesso", disse. "Serei um vice-presidente bem tradicional e o mais colaborativo possível", completou.

O futuro vice-presidente disse que não vai "sugerir absolutamente nada". "Eu vou ficar bem quietinho na vice, bem vice, vou ser tipo assim um vice José Alencar (ex-vice-presidente da República no governo Lula)."

O ministro minimizou os desentendimentos. "As diver-

"Barbosa terá que ser mais político na presidência do CNJ"

gências são sempre em torno de temas pontuais, ou jurídicos. Quando se trata da instituição, integrantes se unem pela instituição. Desavenças e divergências pessoais são circunscritas ao julgamento, mesmo no lanche, nos cumprimentos, sentamos juntos".

Lewandowski disse ainda que fora do julgamento teve uma boa relação com Barbosa. "Eu sempre fui um dos que melhor me dei com Joaquim. Os que são casados sabem que há rugas, mas a instituição do casamento é mais forte que eventuais rugas. Comparando em termos de instituição, acho que precisamos preservar as instituições".

O ministro disse que Barbosa terá que ser mais político na presidência do CNJ (Conselho Nacional de Justiça). "Eu diria que é mais político porque coordenar um colégio de iguais é uma coisa, de desiguais, em termos da proveniência profissional, não é fácil".

Sobre a parceria no comando do CNJ, Lewandowski disse que vai substituir Barbosa em eventuais necessidades. "As sessões são o dia inteiro, vocês podem tirar as conclusões. Não sei se (Joaquim) terá condições de aguentar o dia inteiro, aí terei que estar preparado para substituir. O problema é que vice não tem staff, equipe, só tem um assessor a mais. Não tenho que me preocupar com a pauta, preparar pauta", disse.

21 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA

PAULO ANDRÉ CHENSO

Sofrimento dos 'coitadinhos' na cadeia

Paulo André Chenso

A casa é invadida por três indivíduos mal encaixados e armados. O dono acabara de entrar. Um dos bandidos aponta o revólver para a cabeça de um menino de sete anos. A mãe se desespera. O pai se apavora. O terrorismo continua até conseguirem dinheiro e joias. À saída, sem motivo aparente, o outro marginal aponta uma pistola 0,380 para o pai e dispara duas vezes atingindo-o mortalmente. E fogem. A esposa, paralisada pelo terror e desespero, puxa o menino para si e grita por socorro.

Alguns dias depois, o marginal que atirou e seus comparsas foram presos. Poucas semanas na cadeia e começaram os queixumes: a comida não presta, a lotação é demais, tem pulgas e piolhos, tem outros presos com doenças de pele. E começam as ameaças de rebelião com queima de colchões e outras infrações intimidadoras. A polícia de choque é chamada para conter a "rebelião". Antes que a tropa de choque entre no presídio, porém, lá estão os defensores dos direitos humanos questionando a situação. A Pastoral Carcerária não perde a oportunidade de levar o conforto espiritual aos que sofrem a perda da liberdade e, pasmem, um juiz instou o delegado a que resolvesse a situação ou ele determinaria a soltura dos presos!

A cadeia é, naturalmente, um lugar horrível, abominável.

Porém, todos os bandidos conhecem essa realidade. Então, por que insistem na vida criminosa se sabem que, uma vez presos, serão levados para aquela cadeia infecta? Por que tanto chororô pelo "sofrimento dos coitadinhos" na cadeia?

Será que o assassino covarde daquele pai de família pensou, por um instante sequer, no sofrimento da esposa e do filho? Terá sentido ele algum remorso pelo trauma horroroso que plantou na mente daquela criança? Certeza absoluta que não.

Gostaria de saber quanto o Estado vai repassar à viúva para ajudá-la a criar o filho pequeno?

Quantas visitas os representantes dos direitos humanos fizeram àquela senhora para verificar suas necessidades imediatas? E a Pastoral Carcerária, levou conforto espiritual para ela e o menino? Que assistência psicológica, paga pelo Estado, os dois vão receber?

Por isso, num país onde a legislação parece ser escrita apenas para beneficiar bandidos, onde boa parte dos homens que escrevem as leis não passa de uma réquie de ladrões e corruptos, onde o presidente da República pisoteia tratados internacionais e desmoraliza grosseiramente a diplomacia nacional enxovalhando-a, tudo para dar guarita a um assassino condenado no país de origem, só nos resta assistir, pasmos, a esse teatro do absurdo e concordar com Platão quando disse: "A justiça nada mais é do que a conveniência do mais forte".

De acordo com nossas leis, aos bandidos, tudo; ao cidadão honesto, os impostos, aliás, única importância que o cidadão de bem tem para o Estado.

Os representantes da lei consideram o que está aí como justiça. Isso não é justiça, são apenas leis, malfeitas, anacrônicas, ultrapassadas, somadas a um Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que, aos 22 anos, comprovou plenamente ser apenas mais um lamentável equívoco dos nossos legisladores. O que o ECA conseguiu foi impedir os jovens de trabalhar e desenvolver uma profissão, e colocar um revólver em

suas mãos, transformando-os em assassinos. Basta analisar as estatísticas do crescimento da violência entre adolescentes nos últimos 20 anos para comprovar tal fato. Drogas, tráfico, assaltos, sequestros, assassinatos, cada vez mais envolvendo menores. Em cada três latrocínios, dois foram obra de menores. Em cada três vítimas de assassinato, duas são menores. Portanto, de acordo com o Estatuto, trabalhar não pode; assaltar, aterrorizar e matar, pode!

A cadeia é, naturalmente, um lugar horrível, abominável. Porém, todos os bandidos conhecem essa realidade. Então, por que insistem na vida criminosa?

PAULO ANDRÉ CHENSO
é médico e professor em Londrina

21 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

Missão impossível

A Justiça do Rio condenou um pai-de-santo a cinco anos no semiaberto pela promessa de "trazer a pessoa amada em três horas". Trazer de Paris em 24h o governador Sergio Cabral seria demais.

21 NOV 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Corregedor interino diz que CNJ é "agregador de boas práticas"

Ao abrir, em Goiânia, a primeira inspeção realizada pela Corregedoria Nacional de Justiça no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), o conselheiro Jefferson Kravchychyn disse que o CNJ funciona hoje como um agregador de boas práticas para o Judiciário e visa "o ótimo" e não apenas "o bom". "Há, no inconsciente coletivo, uma ideia de que o CNJ vem para fazer uma fiscalização e apontar culpados. Esse não é o grande objetivo da inspeção. O CNJ funciona hoje como um agregador

de boas práticas para o Judiciário no Brasil, um órgão que chega para a melhoria e o aperfeiçoamento, principalmente na parte administrativa dos tribunais", afirmou. Kravchychyn ocupa interinamente o cargo de corregedor nacional de Justiça, em substituição ao ministro Francisco Falcão.

O conselheiro informou que a inspeção que teve início nesta segunda-feira é a primeira a ser realizada na Justiça estadual de Goiás. "Apesar do Tribunal de Justiça de Goiás ser um tribunal que tem uma

relativa agilidade na prestação jurisdicional, ainda encontramos várias deficiências e o nosso objetivo é o ótimo, não é o bom", disse. Até hoje, apenas as justiças estaduais de Goiás, Santa Catarina e Sergipe não haviam sido alvo de inspeções da Corregedoria Nacional de Justiça. Segundo o conselheiro, como a Corregedoria possui uma equipe pequena, tribunais com maiores índices de reclamações ou que necessitavam de inspeções mais urgentes acabaram sendo priorizados ao longo dos anos.

Ministérios Públicos de cinco estados não cumprem resolução do CNMP

Seis meses depois de a Lei de Acesso à Informação entrar em vigor, 12 Ministérios Públicos Estaduais, além do Ministério Público Militar, ainda não divulgam individualmente nomes e salários de seus funcionários. Entre eles, 5 são praticamente uma caixa-preta: não dão nenhum dado sobre os vencimentos — nem nome nem matrícula dos servidores — contrariando resolução do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) sobre o assunto. O Ministério Público de São Paulo é um dos que não divulgam individualmente informações sobre salários

de seus membros. Estão ainda nessa lista Ceará, Maranhão, Pernambuco e Sergipe.

O item VII do artigo 7º da resolução 89 do CNMP determina que cada MP deve publicar em seu site na internet "remuneração e proventos percebidos por todos os membros e servidores ativos, inativos, pensionistas e colaboradores do órgão, incluindo-se as indenizações e outros valores pagos a qualquer título, bem como os descontos legais, com identificação individualizada do beneficiário e da unidade na qual efetivamente presta serviços".

Outros 7 Ministérios Públicos Estaduais — e também o Ministério Público Militar — divulgam apenas matrícula dos funcionários e os salários, sem os nomes.

Isso porque, ao contrário do Conselho Nacional de Justiça e dos Poderes Executivo e Legislativo Federais — todos divulgam nomes e salários dos servidores —, a resolução 89 do CNMP permite que os Ministérios Públicos divulguem os vencimentos de cada funcionário atrelado apenas ao número de matrícula — o que na prática impede a identificação.

21 NOV 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

ADI questiona exigência de diploma para policial

A Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol/Brasil) ajuizou, no Supremo Tribunal Federal, Ação Direta de Inconstitucionalidade em que pede a concessão de liminar para que seja suspensa a eficácia da Emenda 63, de 5 de setembro deste ano, à Constituição do estado de Santa Catarina. Caso não seja concedida liminar, pede que a matéria tramine em regime de rito abreviado. No mérito, pede a declaração definitiva de inconstitucionalidade dos dispositivos impugnados.

A Emenda acrescenta dispositivos ao artigo 107 da Constituição do estado para passar a exigir, além de concurso público, o diploma de bacharel em Direito como condição para o exercício do cargo de oficial da Polícia Militar. Além disso, assegura aos ocupantes de tal cargo “a independência funcional pela livre convicção nos atos de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública”.

A Adepol alega que a EC invade competência privativa da União para legislar sobre normas gerais relativas às Polícias Militares e aos Corpos de Bombeiros Militares (CBMs), prevista no artigo 22, inciso XXI, combinado com o artigo 42, parágrafo 1º, da Constituição Federal.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

ISABEL COCHLAR

21 NOV 2012

NOVO PARADIGMA DA ALTERAÇÃO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

O art. 1699 do Código Civil brasileiro vincula à mudança na situação econômica de quem supre os alimentos condição para alterá-los ou deles se exonerar e, em inverso sentido, para quem os recebe, majorá-los.

Sempre controversa no que tange ao ex-cônjuge ou parceiro (a), a obrigação alimentar, nestes casos, é considerada um ônus injusto no entendimento de quem o fornece. É entendido como um "castigo" à separação, ao divórcio ou ao fim da união estável.

Com tal juízo, conseqüentemente os ânimos ficam mais acirrados, principalmente porque os alimentos prestados a/ao ex-cônjuge eram deferidos jurisprudencialmente como uma verdadeira "pensão do INSS".

O acórdão, da lavra da Ministra Nancy Andrighi, no RESP 933355/SP, com o mesmo entendimento do Acórdão na Apelação Cível Nº 70046501383, da Oitava Câmara Cível do TJ/RS, trouxe um novo paradigma à questão, autorizando a exoneração ou a redução dos alimentos pagos, independentemente da alteração no binômio capacidade/necessidade.

Tal jurisprudência lança nova luz sobre a questão, desvinculando da pessoa do ex-cônjuge alimentado o direito a exigir do alimentante verdadeira "aposentadoria", como se o segundo fosse órgão público de previdência.

Deve ser ressaltado, em tais decisões, a valorização do lapso temporal no qual os alimentos são prestados, bem como a capacidade para o trabalho de quem os recebe, pela qual os Doutos Julgadores adequaram a aplicação da lei ao tempo em que vivemos.

Assim, a figura do alimentado/a, antes considerado com hipossuficiente em relação ao alimentante, foi relativizada, passando a lhe ser exigido, com o novo entendimento, que paga a pensão por lapso temporal suficiente para que revertesse tal situação, se assim não agiu, não deve o alimentante ser penalizado por sua inércia.

O alívio aos prestadores de alimentos, nos novos termos postos pela jurisprudência atual, faz-se sentir a cada decisão exoneratória. Reflete-se sobre as novas ações de separação/ divórcio e a dissolução de união estável, balizado o entendimento que os alimentados são agentes das próprias vidas e desvinculando dos alimentantes a responsabilidade sobre o sustento prolongado daqueles.

Isabel Cochlar, advogada, isabel@cochlar.com.br
www.cochlar.com.br/

21 NOV 2012

JORNAL DO ESTADO

Judiciário

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou o parecer preliminar do Orçamento de 2013 atendendo ao desejo do governo de manter em 5% a proposta de reajuste para os servidores do Poder Judiciário no próximo ano. Com a votação, abre-se o prazo de emendas, que se encerrará no dia 29 de novembro. A aprovação foi por acordo, mas a oposição afirmou que pretende obstruir as votações caso o ritmo na liberação de emendas parlamentares não avance nas próximas duas semanas. Foi mantida a previsão de crescimento em 4,5 % para o ano de 2013 e em R\$ 670,95 o valor do salário mínimo para o próximo ano.

20 NOV 2012

UMUARAMA ILUSTRADO

• INVESTIMENTOS

Instalada a 3ª Vara Cível na Comarca de Umuarama

Após ser elevada à Entrância Final, comarca de Umuarama começa a receber investimentos para ampliar sua estrutura. Ontem o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Miguel Kfoury Neto, esteve em Umuarama para instalar a 3ª Vara Cível. E adiantou que novos investimentos estão previstos para melhorar a estrutura incluindo a liberação de novas varas e a ampliação do prédio que abriga o fórum. Na foto, Kfoury, o prefeito Moacir Silva, juízes de Direito, promotores de justiça e outras lideranças no evento de ontem no fórum.

20 NOV 2012

UMUARAMA ILUSTRADO

CONTINUAÇÃO



20 NOV 2012

UMUARAMA ILUSTRADO

Presidente do TJ-Paraná anuncia novos investimentos e Varas para Umuarama



Miguel Kfourri anunciou mais investimentos no fórum de Umuarama

Umuarama – Decorrente da atual entrância do Fórum de Umuarama, titulada no início do ano como Entrância Final, o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Miguel Kfourri, anunciou nesta segunda-feira (19), durante a implantação da 3ª Vara Cível na Comarca, a criação de Varas especializadas para atender diferentes processos na cidade e a ampliação do prédio do Fórum.

Entre elas, serão criadas a Vara da Fazenda Pública, a Vara Criminal e também uma Vara específica à violência doméstica, principalmente à Lei Maria da Penha. Segundo Kfourri, essa medida só será institucionalizada nos Fóruns de Entrância Final. “A transação de Entrância Intermediária para Final só veio agregar a cidade, pois, sem essa titulação, Umuarama não receberia essas novas Varas”, comentou o presidente do Tribunal.

Ele disse que, ainda não há previsão de quando serão institucionalizadas essas novas Varas, mas comentou que essa ampliação acontecerá em breve, já que em alguns Fóruns de Entrância Final, como o de Maringá e Londrina, receberão essas novas Varas ainda este ano.

Além da criação de Varas especializadas, Kfourri declarou também que, com o crescimento da cidade, o Fórum ganhará um reforço estrutural, onde serão construídos mais 600m² para construção de novos espaços. “Não há possibilidade de não acontecer, pois o Fórum investe na medida em que a demanda cresce”, complementou.

Sobretudo, o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná enfatizou que deixará a gestão do órgão jurídico no início de 2013, mas ressaltou que as

ações são pertinentes ao Tribunal. “Cabe ao novo presidente estudar prazos. Conforme o avanço da cidade, o Fórum terá de atuar”, detalhou.

Logo após a solenidade de criação da 3ª Vara Cível de Umuarama, o atual presidente do Tribunal comentou que devido à distância existente entre os municípios que compõem a região metropolitana da cidade, a unificação e disseminação da Comarca precisam ser analisadas, pois, diferente de municípios como Maringá e Sarandi, unidas por território urbano, Umuarama está distantes das cidades satélites.

CONTINUA

20 NOV 2012

UMUARAMA ILUSTRADO

CONTINUAÇÃO

Kfourri lembrou também que todas essas medidas são possíveis devido à transação do Fórum para Comarca de Entrância Final e informou que Umuarama só recebeu esse título, pois a região estava muito afastada de Comarcas instituídas na categoria. “Outra questão é o frequente aumento da demanda na cidade, gerada, principalmente, pelo crescimento urbano e industrial”, finalizou o presidente do Tribunal.

O prefeito Moacir Silva, juntamente com outras autoridades, também participou da cerimônia e destacou o comprometimento do Tribunal de Justiça do Paraná com a cidade de Umuarama. “Prova disso são os investimentos que têm sido feitos na cidade”.

20 NOV 2012

Com mais de 20 mil processos em andamentos, Fórum cria 3ª Vara Cível

Umuarama – Com mais de 20 mil processos, divididos entre a 1ª e 2ª Vara Cível do Fórum de Umuarama, o Tribunal de Justiça do Paraná assinou ontem (19) o documento de instalação da 3ª Vara Cível na comarca. O objetivo é atender a demanda existente, como também de proceder algumas ações de maneira mais ágil; a partir de hoje, os novos processos já serão encaminhados à nova seção jurídica.

Presente na solenidade, o desembargador e gestor de instalação da 3ª Vara Cível, Guilherme Gomes, cita que com a implantação da mais recente Vara, os juízes terão mais comodidade e tempo para atuarem nos processos realizados em Umuarama. “Novos servidores serão contratados pelo Tribunal. Será criada também uma nova estrutura para atender o público; com certeza essa medida trará melhorias ao Fórum de Umuarama”, declara Gomes.

Também presente no evento, o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, o desembargador Miguel Kfourri, diz que a instalação da 3ª Vara Cível da cidade reflete principalmente no desenvolvimento e crescimen-

to do município, paralelo ao da região metropolitana.

Kfourri salienta o progresso do Fórum local e, ainda acredita em novos avanços previstos para acontecer no decorrer dos próximos anos. “Isso acontece de maneira inevitável, pois, na medida em que Umuarama cresce, aumenta também a demanda do Fórum, por isso se faz necessário esse apoio”, comenta.

Ele detalha também que a proposta do Poder Judiciário é investir ainda mais no município, e enfatiza que esses avanços só são possíveis graças à atual entrância do Fórum de Umuarama, que desde fevereiro passou a atuar como Fórum de Entrância Final. “Percebemos um forte desenvolvimento do município, principalmente, por ser uma cidade pólo da região”, completa o presidente do Tribunal.

Para a diretora do Fórum e atual juíza da 1ª Vara Cível, Maíra Moretto, a concretização desse ato é uma reivindicação que iniciou em 2010 e se torna de extrema importância para a Comarca, simultaneamente, também à sociedade umuaramense. “Cresce o número da demanda, e isso prova que a

população confia no Judiciário”, destaca ela.

A juíza Maíra, idealizadora da solicitação de implantação de uma 3ª Vara Cível no Fórum, responderá pela mais nova estrutura jurídica, enquanto a juíza, Fernanda Michelin será a nova atuante da 1ª Vara Cível. A substituição será válida a partir da próxima quinzena. Enquanto isso, a recente Vara estará sem representantes.



► Juízes participam da instalação da 3ª Vara Cível da Comarca de Umuarama

20 NOV 2012

UMUARAMA ILUSTRADO

OCIDADÃO HONORÁRIO

▶ Além de anunciar investimentos no fórum de Umuarama e instalar ontem a 3ª Vara Cível no Fórum da comarca de Umuarama, o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná. Miguel Kfoury Neto também foi agraciado com o título de Cidadão Honorário de Umuarama. A homenagem foi entregue pelo presidente da Câmara Municipal, o vereador Marcelo Neli e o secretário vereador Chulin. Kfoury agradeceu a homenagem e disse que se sente um filho da região, já que morou em Cruzeiro do Oeste por vários anos, cidade que também já o homenageou com título semelhante, mas sempre estava em Umuarama. Na foto: Neli e Chulin com o homenageado e o prefeito Moacir Silva

